

1. Introdução

A exposição do tema Arquivo e Comunidade será por mim desenvolvida em sentido inverso, isto é, abordados, de início, os diferentes conceitos de cultura, para ser, afinal, focalizada a relação comunidade/arquivo, com suas múltiplas possibilidades e conseqüências.

A ponte que liga comunidade e arquivo é o conceito de cultura. Ponte de mocrática, quando vista como algo produzido e apropriado por toda a comunidade, no que ela tem de comum, simples, múltiplo, repetitivo e até mesmo vulgar, rompida, assim, a tradição de pensá-la primordialmente como algo singular e sujeito ao padrão das classes privilegiadas.

2. Breves Comentários Sobre o Conceito de Cultura

Dizer que cultura é assunto extremamente controverso não constitui novidade. Não obstante a polêmica, ou até por causa dela, cultura é tema palpitante, que obrigatoriamente aflora no meio dos que lidam com o patrimônio cultural, como é o caso dos arquivos. Importa, assim, para atingir o propósito desta exposição, comentar, ainda que de forma abreviada, algumas concepções de cultura.

A forma tradicional de se entender cultura é associá-la à idéia de "verniz", de formação escolar, sinônimo de estudo ou domínio de conhecimentos. Cultura pode significar, ainda, a posse de comportamento refinado - maneiras e expressões. Estas acepções estão presentes, entre outras, no extenso verbete que o Prof. Aurélio Buarque de Holanda dedica à cultura, quando registra: "Atividade e desenvolvimento intelectuais, saber, ilustração, instrução."

Tradicional, também, pode ser considerada a concepção de cultura como "educação". A partir daí, a educação dos diferentes segmentos sociais se faz com base em padrão ditado pelas elites, apresentado como o único e verdadeiro para o conjunto da sociedade. Nesse processo "educacional" são dissolvidas as diferenças culturais, pois o objetivo é unificar pensamentos, valores, hábitos e visões de mundo.

Ainda segundo uma visão tradicional e igualmente preconceituosa, cultura pode ser associada a "civilização". Nesta concepção, a única cultura aceitável é a ocidental, cujos representantes se autodelegam a missão de transmiti-la aos povos dela desprovidos, por isso mesmo considerados "selvagens" e "bárbaros". Esse propósito "civilizatório", como todos sabem, serviu para encobrir a dominação e exploração dos povos que se desejava "aculturar".

Todas essas concepções aqui classificadas como tradicionais não podem

ser consideradas verdadeiros conceitos em seu sentido pleno. Significam, na verdade, um conjunto de idéias marcadas pelo verniz do preconceito, claramente limitadas no que concerne à percepção da realidade social.

Igualmente no verbete de Aurélio Buarque de Holanda, encontra-se cultura como "o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade". Nesse registro já está presente a importância do coletivo, associado a diferenças, afastada, portanto, aquela noção de "educar", "civilizar" como meio de igualar.

Em outra fonte (1) cultura pode ser pensada como "toda produção ou manifestação voluntária, individual ou coletiva, que vise com sua comunicação à ampliação do conhecimento (racional ou sensível) através de uma elaboração artística, de um pensamento ou de uma pesquisa científica". Nessa definição, que inclui "manifestação voluntária, há evidente ligação da cultura com espontaneidade, com a criação em liberdade.

2.1 Cultura e Comunidade

Ao inserir, neste enfoque, a idéia de comunidade, destaco, de início, que os conceitos tradicionais de cultura - produto pronto e acabado, algo único e singular - não se coadunam com objetivos democráticos.

Se comunidade pode ser considerada não apenas um agrupamento humano em determinado espaço geográfico, mas, principalmente, uma totalidade orgânica que cresce e se transforma continuamente, pelas suas experiências, vida política, crenças, lendas, aspirações, artes, tecnologia, meios de comunicação etc, sua cultura deve refletir essa realidade.

Cultura e comunidade estão, pois, ligadas em todos os aspectos da vida social, na sua totalidade e formas de comportamento, sem exclusão das relações e influências de outras realidades culturais. Assim, no que diz respeito às suas ligações com a comunidade, a cultura não pode deixar de ter um conceito abrangente, contando tanto com a produção e manifestações culturais das camadas privilegiadas, quanto as das camadas populares, que alguns chamam de dominadas ou despossuídas. Pertence, pois, a cultura à história coletiva, como produto da existência de um processo social comum, embora, infelizmente, marcado por desigualdades profundas.

Dentre os aspectos significativos da vida cultural de uma sociedade estão os meios de comunicação, os quais assumiram, no século XX, uma importância sem precedentes.

Desses meios de comunicação, cujos componentes básicos são informação e transmissão, certamente não me ocupo dos que massificam, do tipo "aldeia global" denunciada por McLuhan. Destaco, isso sim, a obtenção da informação a que cada indivíduo tem direito. Essa concepção afasta o monopólio da informação e conseqüentemente do saber, bem como sua manipulação na escalada do

poder.

A propósito do direito à informação, Marilena Chaui, no seu livro Cultura e Democracia (2), sublinha um aspecto importante, que muitas vezes passa despercebido: a relação direta entre o exercício da cidadania e o acesso à informação. É a autora que nos diz:

"Seja qual for o estatuto econômico, a posição dentro de um sistema global de dependências sociais, um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas especialmente em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação ..."

Assim, o direito à informação insere-se, indiscutivelmente, numa proposta democrática para a sociedade. Permitir que todos tenham acesso ao maior número e diversidade de informações possíveis torna-se, portanto, o dever de todos, notadamente dos órgãos públicos delas repositórios. Entre estes últimos sobressaem os arquivos, por suas próprias características: abrigam conjuntos documentais consideráveis, fontes primárias insubstituíveis, cujo conteúdo apresenta um mínimo de subjetividade.

3. O Papel Tradicional do Arquivo Público

Na verdade, o arquivo governamental só pode ser considerado como "público" após a adoção de conceitos baseados no lema "liberdade, igualdade e fraternidade", emanados da Revolução Francesa. Data de 1789 a criação dos Arquivos Nacionais da França, pela Assembléia Nacional Constituinte, dentro da então filosofia de garantir, aos cidadãos, livre acesso aos documentos produzidos e acumulados pela administração do Estado.

Todavia, embora a guarda de documentos do poder público não mais tivesse, como "donos" exclusivos, reis, príncipes e prelados, muito tempo se passou até que os arquivos governamentais pudessem enfrentar o desafio de estabelecer uma política arquivística direcionada ao cumprimento dos ideais democráticos. A própria França só no século XX realizou sua verdadeira revolução arquivística, principalmente com a criação do Pré-Arquivo de Fontainebleau.

Foi, aliás, nos meados do século XX que o governo dos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, implantou modelo sistêmico, mediante extenso trabalho de reorganização administrativa, determinada pelo rápido e desordenado acúmulo da massa documental. No equacionamento do problema, os norte-americanos, como se sabe, puseram em prática a teoria das três idades do arquivo que, entre outros benefícios de racionalização, compeliu os arquivistas, administradores, historiadores etc. a darem tanta importância aos

arquivos correntes e intermediários, quanto àquela que até então só vinham conferindo aos arquivos permanentes, a que chamavam históricos:

Essa integração do fluxo arquivístico, favorecendo a racionalização do processamento de acervos documentais, muito vem contribuindo para a concretização daqueles ideais democráticos formulados no final do século XVIII. Como visto, entre o ideal e sua concretização, o caminho pode ser longo.

Hoje, os arquivistas, graças a Deus, já sabem fazer diagnósticos, com base no conhecimento de princípios e técnicas.

No tocante, entretanto, às finalidades gerais do arquivo - "servir à administração e à pesquisa histórica" - surge, à luz dos conceitos mais amplos de cultura e comunidade, a seguinte indagação:

"Estariam essas finalidades completas, uma vez que só a parte governamental foi atendida? E a outra parte da comunidade?"

4. Arquivo Público e Comunidade

Afirmo que o arquivo tem sido entendido como um órgão que presta serviço, preponderantemente, à administração.

No caso do Brasil, onde os arquivos estiveram por muito tempo entregues à própria sorte, os esforços têm sido desenvolvidos no sentido de preservar e processar os documentos do passado, permitida, tão-somente, a recuperação da memória do poder público. Desse modo, pouco tem sido realizado para recuperar a história de outros segmentos sociais, especialmente das camadas menos favorecidas.

Para modificar esse "status quo" não se pode deixar de pensar nos arquivos municipais, pela sua natural proximidade com a realidade social, que vimos destacando nestas considerações. Por outro lado, sabe-se que esse propósito de mudança não é encargo de somenos, pois vem acrescentar novas atividades àquelas que normalmente já pesam sobre os arquivos públicos, quase todos carentes de recursos, sobretudo de mão-de-obra especializada.

Todavia, democratizar é preciso ...

4.1 Aproximando arquivo e comunidade: algumas idéias

Esta abordagem não pretende apresentar fórmulas acabadas, nem tampouco ditar normas para todos os arquivos municipais. Apenas transmite algumas idéias surgidas a partir do trabalho que vem desenvolvendo o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (3), seguindo diretrizes do Departamento Geral da Cultura a que está subordinado.

Principal depositário da memória documental carioca, percebeu o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro que, para se aproximar da comunidade deveria diversificar suas fontes documentais.

A documentação administrativa, como já se disse, tende a ser utilizada para o que se convencionou chamar de "história oficial". Já a história "não oficial" necessita, embora não seja regra, de outros documentos, ainda não

incluídos nos acervos arquivísticos. No caso da história da cultura popular, a utilização de fontes não convencionais vem apresentando bons resultados, como o demonstram as monografias publicadas nos últimos anos pela Fundação Nacional de Artes - FUNARTE.

Em consonância com aqueles princípios democráticos que devem presidir a vida social, procurou o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro criar acervos documentais alternativos, tendo elaborado, ainda sob forma exploratória, o Projeto Memória Musical Carioca, que cuidava do registro de depoimentos dos principais compositores e intérpretes da música popular produzida nesta cidade, e também da gravação de obras significativas. Esse projeto, de ótima repercussão, deu origem a outro, que procura ampliar e diversificar as fontes assim constituídas.

O Projeto Memória Carioca, resultante daquela iniciativa, e, ainda, em sua fase preliminar, tem, assim, caráter abrangente, pois, além da vertente já citada, visa a registrar a "produção" do espaço urbano carioca em seus múltiplos aspectos. Acham-se nele incluídos não só os administradores responsáveis pelas iniciativas do poder público, mas também aqueles que vivem e "sofrem" essas iniciativas. O projeto poderá se diversificar infinitamente, dados os inúmeros aspectos da vida social carioca ainda por registrar.

Insisto em ressaltar que a elaboração desse projeto piloto visou concretizar, desenvolver, fortificar a reconhecidamente importante relação cultura/comunidade.

6 - Conclusão

Ao desenvolver o tema "Arquivo e Comunidade", pretendi conduzir a atenção para o papel a ser desempenhado pelos arquivos públicos, uma vez admitido e bem aceito um entendimento democrático de cultura. Declarei, ainda, que são os arquivos municipais os mais indicados para propiciar a desejada democratização, por serem os mais próximos, os mais ligados à comunidade a que devem servir.

Trata-se de um enfoque novo, talvez pioneiro em nosso país e, portanto, sujeito a debates, a críticas e a reformulações. O importante, no entanto, é justamente discutir, debater. Debater até encontrar o caminho que levará ao encontro da comunidade com o seu arquivo.

6. Bibliografia

1. ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura, popular. 4ª ed., S. Paulo, Brasiliense, 1983.
2. CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. S. Paulo, Ed. Moderna, 1981.
3. FEIJÓ, Martin Cezar. O que é cultura popular. S. Paulo, Brasiliense, 1983.
4. FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade no Brasil. S. Paulo.

Nacional, USP. 1972.

5. SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 2ª ed., S. Paulo, Brasiliense, 1984.
6. TELLES, Ignacio da Silva. Conceito de democracia no mundo contemporâneo. S. Paulo, Revista dos Tribunais S.A., 1964.

Nota

- * Trabalho apresentado ao VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, Rio de Janeiro, 1986.
- ** Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.